

BENCHMARKING

*Aprendendo com as
Melhores experiências
Internacionais*



VIAGENS TÉCNICAS SERVIÇOS, PRODUTOS E DESTINOS DE EXCELÊNCIA

**TURISMO SUSTENTÁVEL - ECOTURISMO
AVENTURA - MERGULHO - PESCA ESPORTIVA**

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR



DIRETORIA DE TURISMO DE LAZER E INCENTIVO

AGOSTO 2004

Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur
Setor Comercial Norte - Quadra 2 Bloco G Sala 53
70712-907 Brasília, DF Brasil
Telefone: (61) 428-7777
www.embratur.gov.br



**Ministério
do Turismo**





Ministério do Turismo

Walfrido dos Mares Guia
Ministro de Estado

Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur

Eduardo Sanovicz
Presidente

Diretoria de Turismo de Lazer e Incentivo

Airton Nogueira Pereira Jr.
Diretor de Turismo de Lazer e Incentivo

Gerência de Apoio à Comercialização

Vitor Iglezias Cid
Gerente de Apoio à Comercialização

Equipe Técnica
Jaqueline Gil
Célia Borges
Marcos Niemeyer Moreira
Fátima de Paula Pinto

Estagiário:
Marcelo Henrique Reis

Co-realizador

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SILVANO GIANNI
Presidente

DIRETORIA TÉCNICA

LUIZ CARLOS BARBOZA
Diretor

VINICIUS NOBRE LAGES
Gerente da Unidade de Desenvolvimento Setorial

EQUIPE TÉCNICA
Dival Schmidt
Ilma Ordine Lopes
Germana Magalhães

Estagiário: Felipe Huff

CONVÊNIO SEBRAE/MTUR-EMBRATUR

GRUPO GESTOR
Elisângela Barros
Mario Schwingel

Consultoria

Albatroz Planejamento Turístico e Ambiental
- **Roberto M.F. Mourão** roberto@albatroz.eco.br
Consultor



Conteúdo

Seção Página

Título do Projeto

Instituição Promotora

Instituição Parceira

Objetivo Geral

4.1 Objetivos Específicos

Viagens Técnicas - Beneficiários

Produtos

Benchmarking

“Boas ou Melhores Práticas”

Informações para se desenvolver "Boas ou Melhores Práticas"

“Boas ou Melhores Práticas” e Turismo

Viagens Técnicas, Ecoturismo e Turismo Sustentável

Duração do Projeto

Estratégia de Execução do Projeto (a ser detalhada)

Produtos e Destinos Propostos

Estimativa dos Custos do Projeto

Fundo de Parceria - Contrapartidas

Cronograma Físico-Financeiro

Anexos



1. Título do Projeto

BENCHMARKING

Aprendendo com as Melhores Experiências Internacionais

2. Instituição Promotora

Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR
Diretoria de Turismo de Lazer e Incentivo

3. Instituição Parceira Co-realizadora

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE
Diretoria Técnica
Unidade de Desenvolvimento Setorial

4. Objetivo Geral

O projeto contempla a organização de viagens técnicas para a observação das melhores práticas turísticas, reconhecidas internacionalmente, nas áreas ambientais e sócio-culturais, sob o ponto de vista estratégico e operacional, visando o aprimoramento dos serviços, a qualidade e a competitividade dos produtos turísticos brasileiros, em especial nos segmentos aventura, ecoturismo, mergulho e pesca esportiva.

4.1. Objetivos específicos

Conhecer as experiências de 06 (seis) destinos turísticos de qualidade, com reconhecimento internacional, sendo:

- 02 destinos de ecoturismo,
- 02 destinos de turismo de aventura,
- 01 destino de turismo de pesca esportiva,
- 01 destino de mergulho.

Sistematizar as informações através da elaboração de relatórios técnicos, para posterior transmissão do conhecimento adquirido.

Divulgar os resultados da viagem técnica e da análise estratégica do aprendizado, por meio eletrônico, seminários e materiais impressos específicos.



5. Viagens Técnicas - Beneficiários

As Viagens Técnicas serão constituídas de **06** (seis) **Grupos de Viagem**, com um total de **15** (quinze) **participantes** cada, sendo 3 (três) técnicos e 12 (doze) operadores especializados.

Utilizando-se de material de divulgação e de estudos de caso produzidos a partir das experiências e práticas observadas nas viagens, os participantes das viagens técnicas contribuirão na transmissão do conhecimento adquirido, em reuniões, oficinas e eventos, por meio de apresentações e palestras, nos diversos destinos turísticos brasileiros, multiplicando, assim, o número de beneficiários.

6. Atividades

Estão previstas atividades antes, durante e após as viagens técnicas:

6.1 Antes:

pesquisa de destinos-referência para a escolha das viagens técnicas; pesquisa e identificação de consultores ou profissionais especializados brasileiros e internacionais para acompanhar e liderar os grupos de viagem; (aqui são dois profissionais ou seriam profissionais especializados brasileiros ou internacionais?) elaboração de logística das viagens

 cotação e contratação de fornecedores para os serviços para as viagens: tour-leader, passagens aéreas, transporte, hospedagem, alimentação, etc.

6.2 Durante

visitas técnicas e atendimento a reuniões e palestras;

elaboração de relatórios de campo.

 Acompanhamento de um cinegrafista para captura de imagens para documentação (sugestão para ser pensada e viabilizada)

6.3 Após

consolidação dos relatórios das visitas;

 elaboração dos relatórios individuais das visitas e geral;

 preparação de material de divulgação (mídias diversas);

 realização de reuniões, encontros e palestras para divulgação dos resultados.

Sugestão: Preparação de um documentário em vídeo (estamos fazendo os orçamentos)



7. Produtos

- 06 (seis) Viagens Técnicas a Destinos de excelência;
- 06 (seis) Cadernos de Subsídios para Viagens Técnicas; (são os anexos desse projeto?)
- 06 (seis) Relatórios de Viagens Técnicas;
- 01 (um) Kit de Divulgação de Viagens Técnicas no formato de Estudos de Caso, constituído de material informativo e apresentações em datashow, produzido em CD-Rom, para imprensa, operadores e profissionais da área;
- Material de Divulgação em formato digital, para disponibilização via internet.

8. Benchmarking

Benchmarking, termo originalmente usado em cartografia, é entendido como “nível de referência” ou “referencial” (como a marca do maior nível das águas, p.ex.).

Segundo o dicionário Aurélio:

“Benchmarking é o processo por meio do qual uma empresa adota e/ou aperfeiçoa os melhores desempenhos de outras empresas em determinada atividade”.

A organização *The American Productivity & Quality Center* estabelece que:

“Benchmarking é o processo de identificar, aprendendo, e adaptando práticas excelentes e processos de qualquer organização, em qualquer lugar no mundo, para ajudar uma organização ou empresa a melhorar seu desempenho”.

Benchmarking mede o desempenho, em termos de números, velocidade, distância, etc. Trata-se de um processo dinâmico de desenvolvimento de práticas específicas para um desempenho de alta qualidade, aplicação e subsequente avaliação.

O processo de estabelecer níveis ou indicadores de excelência resume-se em medir sistematicamente o desempenho de seu empreendimento, processo industrial ou operação, tomando como referência o desempenho de outros com reconhecida eficiência e eficácia, que se traduz em experiências exitosas.

A adoção de critérios de “boas ou melhores práticas”* (excluir asterisco) é uma forma de melhoria contínua de desempenho, modificando e aprimorando processos organizacionais usuais e motivando equipes por meio de exemplos bem sucedidos para fomentar a busca de qualidade e competitividade.

Em essência, benchmarking é um processo de identificação, assimilação e de adaptação de “boas ou melhores práticas” que estão sendo usadas em situações similares por organizações e que podem vir a melhorar o desempenho de processos.

Para se implantar um processo de benchmarking, deve-se:



identificar experiências e casos que sirvam de comparativo, para determinar o referencial de nível; determinar quais informações são necessárias e relevantes, planejando e executando inventários.

Sugestões úteis para implementação de um projeto de Benchmarking

Benchmarking deve ser simultaneamente trabalhado em termos de tempo e recursos (ambientais, culturais, financeiros e humanos). Tendo a certeza de que os gestores apoiem e estejam comprometidos com o desafio do benchmarking. (Esse parágrafo ainda não nos pareceu muito claro)

Num processo de melhoria é importante contar com participantes que tenham experiência em benchmarking. Coordenadores e grupos de trabalho devem discutir como suas experiências prévias ou as de terceiros, que servirão de referência, podem ser adaptadas ao processo em implementação.

Nas visitas técnicas, além do grupo de trabalho, devem ser incluídas as pessoas que serão responsáveis pela implementação de mudanças.

É importante detalhar o plano de ação, os métodos para identificar e contabilizar as melhorias, avaliações, ajustes e o monitoramento contínuo do processo.

9. Fontes de Informações para Benchmarking

Informações sobre boas ou melhores práticas para subsidiar processos de benchmarking podem vir de várias fontes.

As mais importantes vêm de clientes e fornecedores de serviços e produtos que geralmente enxergam melhor os problemas ou oportunidades do que alguém de dentro da organização. Entrevistas e relatórios de clientes e fornecedores podem gerar idéias surpreendentes para resolver problemas específicos.

Uma forma de atualizar e otimizar "Melhores Práticas" consiste em visitas técnicas a empreendimentos ou projetos de outras organizações. Muito se aprende com os sucessos e, sobretudo, com os fracassos.

O ponto alto dos estudos de caso são as lições aprendidas e a troca de informações - um rico manancial de aprendizado e aprimoramento.

Associações profissionais e cooperativas de serviços e produção são também uma rica fonte de informações e estratégias. As relações inter-empresariais são excelentes formas de manter-se atualizado.



10. “Boas ou Melhores Práticas”

Em essência, “**Boas ou Melhores Práticas**” são formas ideais para executar um processo ou operação. São os meios pelos quais organizações e empresas líderes alcançam alto desempenho e também servem como metas para organizações que almejam atingir níveis de excelência.



Como “Boas Práticas” entende-se os requisitos mínimos para se atingir a qualidade de desenvolvimento ou fabricação de um produto ou de processo. Como, por exemplo, o atendimento às normas para certificação em turismo sustentável. Já “Melhores Práticas” são as práticas que levam a se atingir patamares de excelência, acima dos requisitos mínimos das “Boas Práticas”, muitas vezes justificando destaque ou prêmios para empresas ou organizações que as atingem.

Não existe um único processo de “Melhores Práticas” e não há nenhum conjunto de “Melhores Práticas” que funcione para todos os lugares o tempo todo.

No caso do **Turismo**, cada processo de desenvolvimento turístico é diferente de outro sob o ponto de vista:

Ambiental,
cultural,
Geográfico,
legal,
Político,
Social e
Tecnológico





Deve-se considerar que empresas ou organizações têm suas próprias metas, oportunidades e restrições. Além disso, "Melhores Práticas" dependem da fase de desenvolvimento em que cada organização se encontra e essas práticas mudam à medida que a organização avança na busca da qualidade e excelência.

11. Boas ou Melhores Práticas e Turismo

Do ponto de vista de "Boas ou Melhores Práticas" para a indústria turística, deve-se considerar que a demanda pela natureza ainda é pequena. A maioria dos operadores internacionais tem lutado para responder ao tipo de produto "global" exigido por viajantes instruídos e experimentados.

Fornecedores e operadores precisam estar familiarizados com algumas exigências, tais como operações ambiental e culturalmente sustentáveis, atendimento de qualidade e voltado para as expectativas do cliente, marketing, diversidade de atividades e produtos, informação e interpretação ambiental de qualidade, programação adequada e administração empresarial eficaz.

Como o tamanho das operações do segmento ecoturístico é pequeno, alcançar eficiência e eficácia torna-se um grande desafio.

As "Boas ou Melhores Práticas" vão além dos movimentos globais atuais de certificação e credenciamento na indústria turística, elas trazem como benefício a possibilidade de:



- desenvolver melhor imagem e reputação para produtos ou destinos,
- entender melhor os mercados-emissores (perfil de viajantes) e os operadores, produtos e destinos concorrentes ao destino-Brasil,
- observar novas idéias fora do modelo convencional dos atuais processos,
- acelerar mudanças usando práticas testadas e operações demonstrativas,
- beneficiar-se das experiências e práticas de fornecedores, uma vez que não há propósito em investir tempo, recursos e esforços em pesquisa, quando alguém já o fez melhor e mais barato,
- proporcionar uma implementação mais fácil e veloz com envolvimento dos "donos" ou criadores de processos,
- Conhecer mais rapidamente as tendências ou inovações importantes e como elas podem ser aplicadas.

"Boas ou Melhores Práticas" podem atuar como catalisadores de mudanças.

Examinando as operações específicas à luz do sucesso de outras operações bem sucedidas, pode-se revelar fraquezas e criar forças para as mudanças.

O planejamento para um Programa de Benchmarking em turismo deve levar em conta a análise e avaliação dos seguintes itens:

- Porte de operação (individuais, grupos, seriados),
- fluxos e operações em baixa, média e alta temporadas,



informações de variados segmentos turísticos (aventura, cultural, esportivo, rural, profissional, etc.). todos os setores envolvidos e etapas da operação turística, todos os setores envolvidos e etapas da operação turística, o uso de energias limpas e renováveis em meios de hospedagem (p.ex. energia eólica, aquecimento solar, etc) e transporte (bio-diesel, veículos híbridos, etc), atividades econômicas associadas ao turismo, como alimentação, artesanato, shows folclóricos etc., contribuições de especialistas para elaborar critérios efetivos de monitoramento, avaliação e ajustes, desenvolver um processo objetivo para avaliar medidas de desempenho.

12. Ecoturismo e Turismo Sustentável

Para uma adequada análise dos produtos e destinos a serem visitados, faz-se necessário ter em conta as definições e os princípios do **Ecoturismo** e do **Turismo Sustentável**.

Ecoturismo no Brasil

No Brasil, no âmbito governamental, o ecoturismo é discutido desde 1985, quando a Embratur iniciou o projeto "Turismo Ecológico". A primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987 com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do Ibama e da Embratur, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, em resposta às práticas existentes à época - pouco organizadas e nada sustentáveis.

Em agosto de 1994, um grupo de trabalho interministerial do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, por meio da Embratur, reuniu-se em Goiás Velho, Estado de Goiás, para elaborar as "**Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**".

populações envolvidas".

Ecoturismo - Turismo Sustentável / Acordo de Mohonk

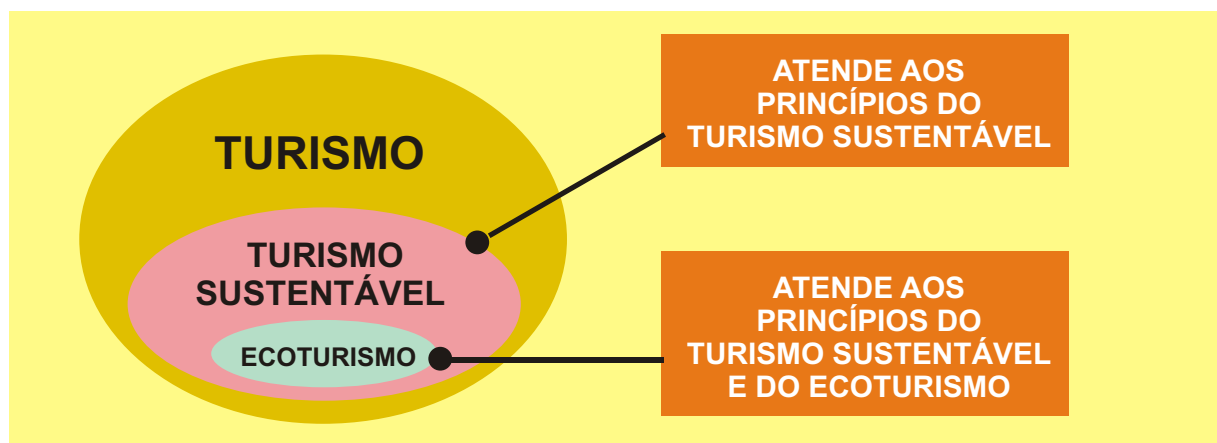
Em novembro 2000, um evento internacional realizado em *New Paltz*, Estados Unidos na *Mohonk Mountain House*, convocado pelo *Institute for Policy Studies* e promovido pela Fundação Ford, reuniu participantes de 20 países, representando a maioria dos principais programas de certificação em turismo sustentável e ecoturismo em nível global, regional e nacional.

Os participantes reconheceram que os programas de certificação de turismo necessitam ser ajustados às características geográficas locais e aos respectivos segmentos turísticos, definindo os componentes universais que devem se lastrear todo programa de Turismo Sustentável e de Ecoturismo.

Definição de Ecoturismo

*O **Ecoturismo** é Turismo Sustentável em áreas naturais, que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promove o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais.*

TURISMO - TURISMO SUSTENTÁVEL - ECOTURISMO



Princípios do Ecoturismo

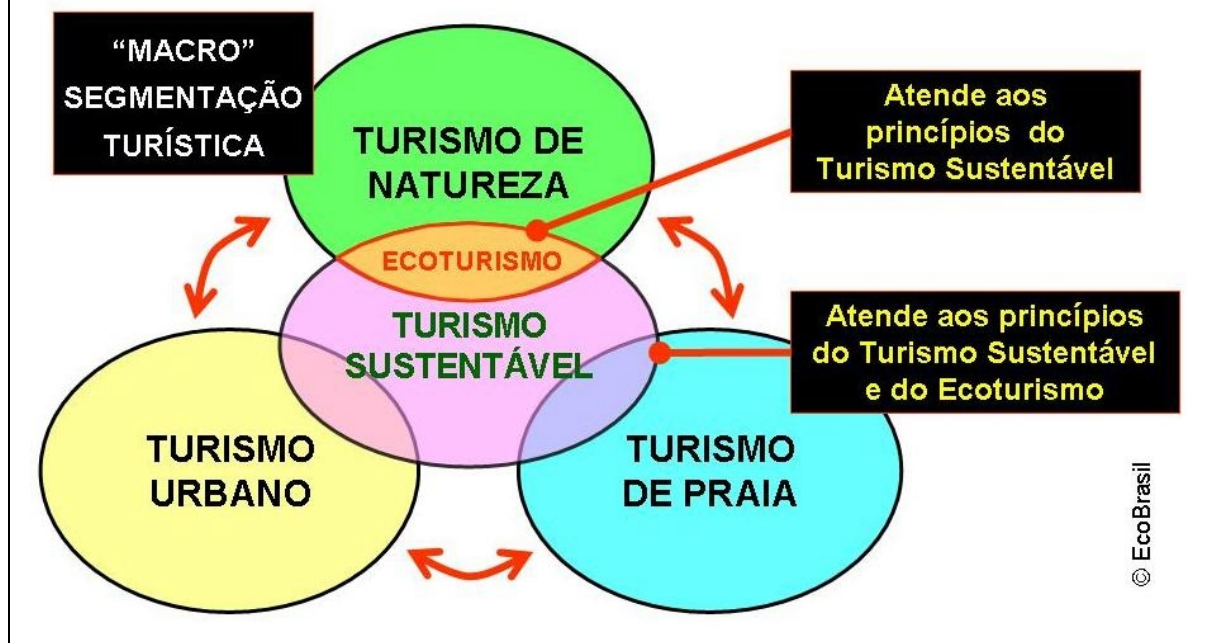
Além dos critérios e princípios do Turismo Sustentável, o Ecoturismo deverá:

- Promover as experiências pessoais com a natureza para um melhor aprendizado e respeito
- interpretar e conscientizar sobre os aspectos naturais e sócio-culturais locais
- contribuir ativamente para a conservação de áreas naturais e da biodiversidade
- promover benefícios econômicos, sociais e culturais para as comunidades locais
- promover a participação das comunidades no turismo onde for apropriado (por exemplo criando postos de trabalho e oportunidade de negócios)
- fazer com que a infra-estrutura, atrativos e programas sejam harmônicos e compatíveis com o entorno local
- valorizar as culturas locais e tradicionais, minimizando eventuais impactos negativos

Definição Turismo Sustentável

***Turismo Sustentável** é aquele que busca minimizar os impactos ambientais e sócio-culturais, ao mesmo tempo que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países).*

TURISMO - TURISMO SUSTENTÁVEL - ECOTURISMO



Quanto aos **Aspectos Ambientais**, a empresa turística deverá:

- controlar a emissão de ruídos e gases,
- estar adequadamente implantada com relação ao ambiente natural,
- evitar danos ao local ao implementar o paisagismo ou a recuperação do ambiente natural relativamente à situação original,
- evitar impactos visuais e luminosos,
- fazer uso sustentável de materiais e de insumos, recicláveis e reciclados, produzidos localmente,
- minimizar a produção de dejetos e assegurar sua adequada disposição,
- minimizar os impactos ambientais de sua operação,
- promover a conservação da biodiversidade e a integridade dos ecossistemas,
- promover a redução e o uso sustentável de água,
- promover a redução e o uso sustentável de energia,
- promover o adequado tratamento e disposição de águas residuais,
- promover o manejo adequado da drenagem, solo e águas pluviais,



Quanto aos **Aspectos Econômicos**, a empresa turística deverá:

- estabelecer mecanismos de forma a assegurar que as relações trabalhistas e as práticas industriais sejam justas e estejam em conformidade com a legislação,
- estabelecer mecanismos para minimizar impactos econômicos negativos e maximizar benefícios econômicos para a comunidade,
- fomentar contribuições para a manutenção do desenvolvimento da infra-estrutura comunitária,
- utilizar-se de práticas éticas comerciais.

Quanto aos **Aspectos Sócio-culturais**, a empresa turística deverá:

- adquirir, utilizar e manter a posse de terras de forma apropriada,
- possuir mecanismos para assegurar o reconhecimento dos direitos e aspirações de comunidades indígenas e locais,
- possuir medidas para proteger a integridade da estrutura social das comunidades locais,
- promover impactos positivos (benefícios) na estrutura social, cultural e econômica local (a níveis local e nacional).

Quanto aos **Aspectos Gerais (operacionais)**, a empresa turística deverá:

- estar comprometida com o manejo ambiental,
- promover a promoção e venda de produtos responsáveis e autênticos que atendam a expectativas realistas,
- promover a retro-alimentação de sua clientela,
- saber avaliar eventuais impactos negativos sociais, culturais, ambientais e econômicos, inclusive estabelecendo estratégias para manejo e mitigação,
- seus funcionários deverão estar capacitados, educados, responsáveis e ter conhecimento e consciência sobre manejos ambiental, social e cultural,
- ter mecanismos para monitorar e relatar seu desempenho ambiental.

13. Turismo Especializado

Para possibilitar um melhor entendimento do Turismo Especializado - *Special Interest Travel* - incorporamos a este documento material informativo específico, com especial destaque para os segmentos-foco: turismo de aventura, mergulho e pesca esportiva.

Ver **Anexo 1 - Turismo Especializado / Special Interest Travel**

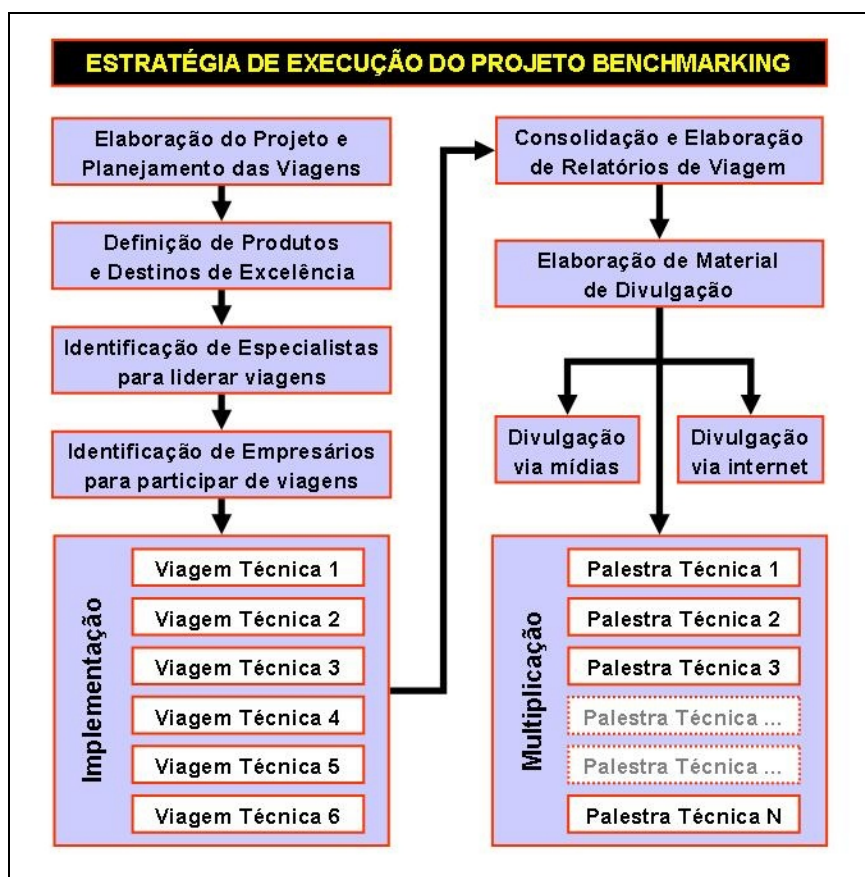
Mergulho Livre e Autônomo
Pesca Esportiva
Turismo de Aventura

Duração do Projeto

O projeto está previsto para uma duração total de **09 (nove) meses**

Item	Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9
01	Elaboração do Projeto e Planejamento	x								
02	Definição de Produtos e Destinos	x	x							
03	Identificação de Participantes e Viagens Técnicas		x	x	x	x	x	x		
04	Consolidação e Elaboração de Relatórios de Viagem				x	x	x	x	x	
04	Elaboração de Material de Divulgação				x	x	x	x	x	
05	Divulgação - impressos, mídia, internet, palestras...					x	x	x	x	x

14. Estratégia de Execução do Projeto





15. Produtos e Destinos Propostos (detalhados em anexos)

Opções	Destinos	Produtos / Segmentos / Temas	Período
01	Costa Rica	ecoturismo / cultura / lodges	
02	África do Sul	ecoturismo / aves / lodges	
03	Austrália	ecoturismo / mergulho	
04	Nova Zelândia	aventura / lodges	
05	América do Sul	ecoturismo / aves / cultura / lodges	
06	México / Cozumel	ecoturismo / mergulho / cultura	

16. Estimativa de Custos do Projeto

Essa é a planilha relativa ao que temos disponível para o projeto:

Item	Atividades/Serviços	Unidade	#	Unitário R\$	Total R\$
1	Projeto e Planejamento	Pesquisa	1	5.860,00	5.860,00
2	Visitas Técnicas de Operadores Brasileiros a Destinos de Excelência				
2.1	Passagens Aéreas Internac.	Bilhete	72	6.000,00	432.000,00
2.2	Locação de Van (US\$ 250 por dia)	Diária	42	750,00	31.500,00
2.3	Contratação de Consultores	H/C	480	100,00	48.000,00
2.4	Passagens Aéreas Internacionais - Consultores (US\$ 2.000,00)	Bilhete	6	6.000,00	36.000,00
2.5	Diária de Consultores (\$ 320,00)	Diária	42	960,00	40.320,00
2.6	Oficina de Multiplicação				
2.6.1	Aluguel de espaço	Locação	72	1.000,00	72.000,00
2.6.2	Aluguel de equipamentos	Locação	72	550,00	39.600,00
2.7	Produção de Material Técnico	Unid.	4000	20,00	80.000,00
2.8	Produção de Kits de Material Didático	Unid.	72	500,00	36.000,00
	Subtotal				821.280,00

17. Fundo de Parceria - Contrapartidas

	Parceiros	Itens	Total Estimado R\$	%
a	Embratur/Sebrae	Todos os itens acima		
b	Sebrae	2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7		
C	Empresários	Talvez poderiam ser itens a parte, pois se trata do custeio de seus próprios gastos durante a viagem.		



18. Cronograma Físico-Financeiro

Itens	Atividades / Serviços	Totais R\$	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	Projeto / Planejamento		x								
2	Consultorias		x	x	x	x	x	x	x	x	
3	Viagens Técnicas			x	x	x	x	x	x		
4	Resultados				x	x	x	x	x		
5	Material de Divulgação							x	x	x	
6	Divulgação								x	x	
7	Eventuais		x	x	x	x	x	x	x	x	x

19. Anexos

Turismo Especializado - aventura, mergulho e pesca esportiva
Viagens Técnicas - logísticas / fatos / atrativos / estimativa de custos
Cronograma Físico-financeiro detalhado do Projeto
Informação sobre o destino/produto a ser visitado
Cronograma de Viagens
Fichas de Inventário e Avaliação - produtos, operadores, infra-estrutura, equipamentos

Fonte: o presente documento baseia-se e foi adaptado do projeto de elaboração de normas operacionais e de segurança para o Turismo de Aventura, promovido pelo Ministério do Turismo.

1. Introdução

O Turismo de Aventura é um dos segmentos do turismo que mais tem se destacado em vários países do mundo e chama cada vez mais a atenção da indústria turística e do público em geral. O fenômeno de expansão deste setor é amplo e complexo pela diversidade de atividades que envolve e pela interação que estabelece com várias outras áreas.

A expansão do número de empresas e organizações que interagem com o turismo de aventura, as iniciativas de organização do setor e a utilização da imagem da aventura como estratégia de promoção turística de muitos países, são fatos que demonstram o crescimento desta atividade e justificam um estudo sobre este tema como forma de entendermos melhor como podemos planejar e implementar com qualidade e segurança o Turismo de Aventura no Brasil.

O Brasil já tem uma indústria do turismo de aventura em operação e apresenta grande potencial para o desenvolvimento, visto que nos últimos anos vários novos destinos de turismo de aventura têm sido apresentados à mídia e ao público em geral (como Jalapão, Brotas, Lençóis Maranhenses, entre outros), com aparente sucesso de comercialização e venda.



O país pela sua biodiversidade, grande extensão territorial, grandes áreas naturais e extensa rede de unidades de conservação, pode ter no turismo de aventura um segmento estratégico de desenvolvimento e crescimento da indústria turística.

Neste contexto, é importante ressaltar que o turismo de aventura para se desenvolver necessita de organização e critérios de segurança, pois oferece potencial risco à vida dos turistas pelas características inerentes à atividade.

Em outras partes do mundo o turismo de aventura é realizado com bom grau de sucesso e tem sido utilizado como imagem de promoção e captação de turistas no exterior a exemplo de países como Nova Zelândia, Canadá e Costa Rica.

Este relatório tem o objetivo de identificar as características do turismo de aventura realizado em países onde esta atividade é relevante, determinar um panorama conceitual técnico sobre esta modalidade de turismo, diagnosticar os fatores de risco críticos, e organizar o conhecimento desenvolvido sobre este tema e os modelos de organização e desenvolvimento do Turismo de Aventura nos países selecionados.

Este projeto é promovido pelo Ministério do Turismo, coordenado pelo Instituto de Hospitalidade, que tem como consultores, além de outros colaboradores, Gustavo Timo, José Augusto Pinto de Abreu e Roberto M.F. Mourão.

A elaboração de visão sistêmica do turismo de aventura, analisando os modelos de gestão adotados em países relevantes, a caracterização das soluções encontradas por estes países na busca da organização e regulamentação do setor no diz respeito a pessoas, procedimentos, organizações, seguros, acidentes, se faz necessária como subsídio para a proposição e desenvolvimento de um modelo brasileiro.

Trata-se, portanto, de esboçar os marcos referenciais do turismo de aventura nos países relevantes com objetivo de subsidiar o desenvolvimento da abordagem relacionada a intensidade, a forma e a abrangência da ação pública direta, por meio da regulamentação, e indireta, mediante o apoio à normalização.

Para isto foram analisados sucessivamente nos países selecionados:

- a abrangência conceitual e as fontes de informação sobre o turismo de aventura,
- as definições de risco e os registros de acidentes relacionados as diversas modalidades do turismo de aventura,
- as abordagens dos seguros internacionais voltados para esta área,
- as experiências voluntárias de normalização e certificação para garantir a segurança e reduzir os riscos relacionados ao turismo de aventura,
- os marcos regulatórios internacionais.



2. Marcos Referenciais

2.1 Métodos de Pesquisa

A elaboração do projeto é baseada em:

pesquisas eletrônicas e publicações relacionadas ao tema do turismo de aventura, entrevistas com especialistas internacionais com experiência neste segmento com foco nos países selecionados.

Como pesquisa primária foram realizadas entrevistas com especialistas da Nova Zelândia, Canadá, Áustria, Reino Unido e Costa Rica e, além disso, enviados comunicações eletrônicas para órgãos oficiais de turismo dos países selecionados com objetivo de identificar modelos de marcos regulatórios, sistemas de certificação, qualificação ou qualquer referência formal a organização do Turismo de Aventura.

Como forma de busca secundária, foram realizadas pesquisas em sites de governos, organizações esportivas e educacionais, empresas privadas e associações turísticas relacionadas ao tema do Turismo de Aventura com foco nos países selecionados, e também em outros países relevantes. É importante ressaltar que a pesquisa não é exaustiva, mas tem abrangência suficiente para referenciar os estudos e conclusões deste documento.

2.2 Países Selecionados

Com o objetivo de traçar um panorama detalhado do turismo de aventura e suas estratégias de desenvolvimento pelo mundo foi necessário determinar focos de pesquisa. Estes focos de pesquisa foram selecionados a partir de critérios estabelecidos como forma de garantir a relevância dos países para a análise e crítica ao desenvolvimento do modelo Brasileiro.

Decidiu-se, também, escolher como referências tanto países-destino (receptivos), assim como países-emissores (de visitantes).


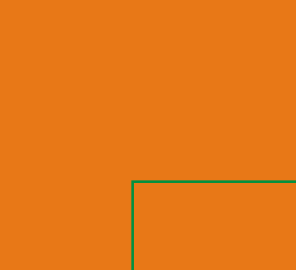
O principal parâmetro na seleção dos países-emissivos foi a tradição que estes países têm no segmento turismo de aventura para visitantes e residentes.

Foram considerados também como critérios:

Bom nível de organização da cadeia operacional produtiva, existência de sistemas de controle e de estatísticas de acidentes, existência de protocolos e normas operacionais, profissionais e de equipamentos, possibilidade de referência para o modelo brasileiro, nacional ou regionalmente, relevante fluxo de visitantes com interesse em turismo de aventura.

O principal critério para a escolha do país-emissor foi a tradição na emissão de visitantes a destinos de turismo de aventura.

Foram considerados também os seguintes critérios:



relevante quantidade e qualidade de portfolio de programas de aventura, relevante malha e acesso a transporte a países-destino (aéreo, aquático, terrestre e suas combinações),
existência de seguros de vida e de acidentes para viajantes aplicáveis ao turismo de aventura.

Com base nestes critérios, foram selecionados como países-destino os seguintes:

Austrália
Canadá
Estados Unidos
Nova Zelândia

Vale ressaltar que as definições internacionais não foram adotadas com extrema rigidez, pois informações relevantes pertencentes a países não selecionados foram também levadas em consideração como, por exemplo, a Costa Rica e a Irlanda.

Como referência de país-emissor, escolheu-se o **Reino Unido**.

3. Conceituação / Fontes de Informação

3.1. Conceito(s) de turismo de aventura e sua abrangência.

Estabelecer o conceito do Turismo de Aventura não é uma tarefa simples, já que existem várias abordagens em diferentes partes do mundo. O Turismo de Aventura se caracteriza como um fenômeno amplo e impreciso.

Não existe um consenso definitivo do conceito de turismo de aventura que é usado para identificar diferentes atividades desde uma simples caminhada por trilhas, um passeio de balão, ou uma ascensão ao topo do Everest, a montanha mais alta do mundo.

A diversidade de modalidades, formas de entendimento, a velocidade de crescimento e expansão e a natureza inovadora deste tipo de turismo tornam sua conceituação e entendimento complexos.

A própria definição da palavra aventura não é um conceito absoluto com o mesmo significado para todos. Trata-se de um conceito altamente pessoal, assumindo diferentes significados para diferentes pessoas. Uma atividade tida como corriqueira ou normal para uma pessoa pode representar uma aventura incomum para outra, dependendo da sua experiência ou personalidade.

As referências comuns presentes na maioria dos conceitos são a presença do risco controlado e a prática de atividades físicas, mas não necessariamente.

Sob o ponto de vista da indústria do turismo, o turismo de aventura é um segmento ou nicho de mercado, assim como o Ecoturismo, geralmente incluído sob a grande área do turismo de natureza. Mas esta segmentação não é estanque, pelo contrário tem uma dinâmica própria e faz com que o turismo de aventura seja muitas vezes entendido também como esporte de aventura, ou turismo de atividade e até mesmo como programa de educação ao ar livre.

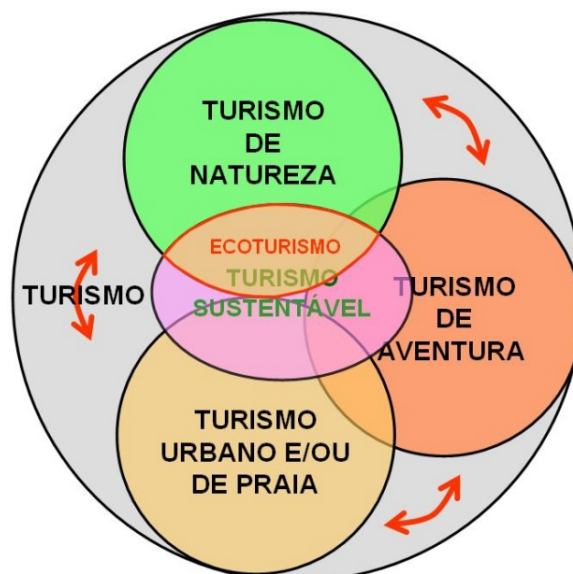


A definição abaixo ilustra bem as interações entre as diversas tipologias turísticas:

“O Turismo de Natureza é aquele que faz uso de recursos naturais relativamente bem preservados, como, por exemplo, paisagens, águas (mar, rios, cachoeira, corredeiras), vegetação e vida silvestre. Fazem parte desse segmento do turismo de pesca, os safáris de caça, os safáris fotográficos, o turismo de aventura, o ecoturismo, etc”.

Hector Cebalos-Lascuráin, 1996

Turismo de Aventura dentro do Turismo



Internacionalmente, os conceitos “*adventure recreation*” e “*outdoor adventure*” são amplamente difundidos e divulgados, sendo objeto de estudos e pesquisas em volume muito maior do que o termo turismo de aventura, sempre associados a existência de risco e perigo e na maioria das vezes também relacionados ao termo “*wilderness experience*”.

“Risk and uncertainty also accompany many types of wilderness experiences, but, unlike adventure recreation, they are not necessary antecedents to the experience. Indeed, it is not difficult to imagine wilderness experiences somewhat devoid of danger and uncertainty! : This is a critical distinction: risk and danger are requisite components to the adventure experience, but are only accessory to many types of wilderness experiences”.

International Journal of Wilderness Volume 3, Number 2



É relevante destacar que as fronteiras entre estes termos e suas abordagens muitas vezes se sobrepõem, o turismo de aventura é um dos componentes destes grandes temas, sempre direcionado às relações comerciais destas atividades mas não exclusivamente.

Ou seja, é importante ampliar o entendimento do turismo de aventura para se conseguir traçar um panorama internacional desta atividade. No exterior a cultura de atividades ao ar livre, recreação e aventura é bastante forte, sendo foco de atuação de várias organizações e alguns governos a exemplo de Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Irlanda, Reino Unido e Costa Rica.

Para atender aos objetivos de um diagnóstico, esta abrangência de entendimento é necessária pois assim é possível encontrar referências técnicas, programas de trabalho e um volume de informações amplo e razoavelmente completo.

Alguns dos estudos abordam o crescente interesse da indústria do turismo, em viagens alternativas, o que se materializa no turismo de aventura, como uma influência positiva na indústria do “*adventure recreation*” e “*outdoor adventure*”, fazendo com que as tendências de regulamentação das atividades, a preocupação com gerenciamento de risco e responsabilidade civil, diversificação das atividades e oportunidades de marketing, ganhem força e motivos de desenvolvimento e consolidação.

A interface com os esportes de aventura é evidente pela utilização das técnicas das modalidades esportivas na operação comercial do turismo de aventura, o que muitas vezes é feito pelos próprios esportistas que se tornam empresários e ou profissionais com atuação comercial com o turismo. Muitas organizações esportivas relacionadas com as modalidades denominadas de aventura têm bom nível de organização e têm proposições de currículos mínimos de capacitação de instrutores e em alguns casos diretrizes de realização das atividades.

Os programas de educação ao ar livre, apesar de pouco difundidos no Brasil, têm ampla atuação em todo o mundo principalmente nos Estados Unidos e Canadá. Estes programas de educação ao livre alcançaram bom nível de organização, principalmente nas áreas de capacitação para comportamentos (*soft skills*) e técnicas (*hard skills*) ao ar livre, e na formalização de protocolos de procedimentos e planos de gerenciamento de risco.

O que se pode identificar para efeitos de resultado e pesquisa foi a necessidade de se incluir no foco deste diagnóstico as informações e referências das organizações de esportes de aventura e dos programas de educação ao ar livre que concentram grande quantidade de documentos a respeito das modalidades de turismo de aventura.

Estas informações nas organizações esportivas e nos programas de educação ao livre estão disponíveis em maior volume e organização que na própria indústria do turismo na forma de normas, diretrizes, manuais, currículos mínimos para instrutores e códigos de conduta.

TURISMO DE AVENTURA – INTERAÇÃO E RELACIONAMENTO



É importante estabelecer uma linha divisória do Turismo de Aventura, das outras áreas esportivas, da recreação ao ar livre e de educação ao ar livre. A atividade de Turismo de Aventura tem como objetivo fundamental a realização de atividades com certo nível de risco por lazer.

Como objetivo de organização do segmento só é possível abordá-lo na área empresarial ou seja a organização deve focar a relação comercial do turismo de aventura e existência de um provedor de serviços com responsabilidade jurídica. Não é possível abordar o turismo de aventura realizado por turistas independentes que realizam as suas atividades de turismo de aventura de forma autônoma não contratando provedores de serviços profissionais e comerciais.

Com o objetivo de estabelecermos um panorama conceitual de algumas áreas e aspectos relacionados ao turismo de aventura, são apresentados abaixo alguns conceitos que servirão de referência para este diagnóstico.

Adventure Recreation Recreação de Aventura

“Uma variedade de iniciativas independentes para a prática de atividades utilizando uma interação com o meio ambiente natural, que contem elementos de risco aparente ou real, em que o resultado, mesmo que incerto, possa ser influenciado pelo participante e as circunstâncias”.

Alan W. Ewert & Steven J. Hollenhorst (1989). Testing the Adventure Model: Empirical Support for a Model of Risk Recreation Participation.



Adventure Education Educação de Aventura

“A exposição direta e proposital de indivíduos para experiências desafiadoras e com alto nível de aventura com objetivo de promover uma mudança interpessoal e intrapessoal nas relações humanas”.

Priest, 1990.

Outdoor Education Educação ao Ar Livre

A educação ao ar livre é um método de experiencial de aprendizado onde se usam todos os sentidos. Acontece primordialmente, mas não exclusivamente, pela exposição ao meio ambiente natural. Na educação ao ar livre, a ênfase do aprendizado esta nas relações que são desenvolvidas relacionadas as pessoas ao aos recursos naturais.

Priest, 1990.

Adventure - Aventura

Uma experiência onde o resultado é incerto porque alguma informação pode não estar disponível, ser imprecisa ou desconhecida. É similar ao lazer: um estado mental, escolhido livremente, intrinsecamente motivador e que pode levar a uma experiência especial.

Haddock, C. (1993) Managing Risks in Outdoor Activities.
Wellington: New Zealand Mountain Safety Council.

Adventure Travel - Turismo de Aventura

Uma ampla variedade de atividades turísticas de aventura, geralmente comercializadas, envolvendo interação com o meio ambiente natural contendo elementos de risco em que o resultado é influenciado pelo participante, pelo local e a gestão profissional da experiência dos turistas.”

Hall, C.M. (1989). Special interest travel: A prime force in the expansion of tourism? University of Otago.

Adventure Travel - Turismo de Aventura

Uma viagem com o objetivo específico de participação em atividades que explorem novas experiências, geralmente envolvendo risco ou perigo controlado associado com desafios pessoais, em um ambiente natural ou cenário exótico ao ar livre.

Heidi H. Sung, Alastair M. Morrison and Joseph T. O'Leary. (1996). Conceptual Framework for Empirical Application from the Providers' Perspective. Department of Restaurant, Hotel, Institutional and Tourism Management.



3.2. Modalidades de Turismo de Aventura

Como comentado em outras partes deste documento, são tênues ou pouco definidas as fronteiras conceituais entre esporte ou atividades esportivas, educação ao ar livre e turismo de aventura ou de natureza.

Para auxiliar a clarear este cenário, pesquisou-se na internet e em publicações, coletando-se informações internacionais, em especial nos países-paradigma, conceitos e características das principais modalidades esportivas ou de aventura. Para um melhor entendimento, informações mais completas encontram-se anexas.

Sabe-se que o assunto é muito mais amplo do que aqui exposto, porém, na pesquisa procedida, as modalidades listadas foram as mais difundidas e relevantes, e o presente estudo deverá agregar no futuro outras informações na medida que for disponibilizado para os grupos de interesse.

Tabela de Modalidades I - Nomenclatura	
Internacional	Nacionais
Balloonig	Balonismo
Canoeing / Kayaking / Rafting	Canoagem / Rafting
Canyoning / Cascading	Caniônismo / Cachocirismo
Caving	Espeleoturismo
Climbing	Escalada / Técnicas ou Práticas Verticais ²
Mountaineering	Montanhismo
Cycling / Mountain Bike	Cicloturismo / Mountain Bike
Diving / Scuba / Snorkeling	Mergulhos Autônomo e Livre
Equestrian / Horse Backing	Cavalgadas
Hang Gliding / Parachuting / Paragliding	Vôo Livre / Paraquedismo / Parapente
Hiking (Walking) / Trekking	Caminhadas / Trekking
Orienteering or Foot-O	Corridas de Orientação
Off Road / 4 Wheel Drive	Fora-de-Estrada / Off-Road / 4WD
Surfing	Surfe
Kitesurfing / Kiteboarding / Power Kite	Kitesurfe / Kiteboard / Power Kite
Windsurfing	Windsurfe

As referências são originalmente internacionais, a serem ajustadas ao cenário brasileiro, ainda em formatação pelo projeto do Ministério do Turismo, em sintonia com a recém criada ABETA Associação Brasileira de Empresário de Turismo de Aventura.

Entre as técnicas verticais, entre outras, inclui-se Rapel, Tirolesa, Arvorismo ou Arborismo.



MERGULHO LIVRE - MERGULHO AUTÔNOMO DIVING - SCUBA (DIVING)

1. Introdução

Mergulho Livre ou **Autônomo** são atividades recreacionais ou esportivas que consistem em observar ambientes subaquáticos, que pode ser praticada em mares, oceanos, rios, lagos, cavernas, etc.

No Mergulho Livre, ou Apnéia ou Snorkel, prendemos a respiração para mergulhar, em geral utilizando como equipamentos: máscara, tubo de respiração (*snorkel*), nadadeiras, e se em águas temperadas ou frias, roupa de neoprene.

No Mergulho Autônomo usa-se equipamentos para proteção, permanecer submerso, locomover e respirar debaixo d'água, que, além dos utilizados no mergulho livre, inclui cilindro, regulador e medidores de pressão, profundidade e tempo de imersão.

2. Modalidades

No mergulho autônomo temos 3 divisões: **recreacional, técnico e comercial**.

O mergulho recreacional, o mais procurado, é seguro, compreende mergulho não descompressivo, ou seja, com possibilidade de retorno imediato a superfície sem sequelas ou risco para o organismo, e é limitado a 30 metros de profundidade.

Já o Mergulho Técnico, não totalmente seguro, inclui paradas de descompressão a diferentes profundidades e é limitado a profundidade de 50 metros com ar comprimido (21% de oxigênio e 79% de nitrogênio), e 90 metros utilizando "Trimix" (mistura composta por hélio, oxigênio e nitrogênio).

E, por último, temos o Mergulho Comercial, que não vamos entrar em detalhes, mas que é muito utilizado por empresas engenharia e petrolíferas.

O **snorkel** é um tubo de aproximadamente 30 cm de comprimento, em forma de "j", de borracha ou plástico, com um bocal que permite respirar, permanecendo semi-submerso, a pouca profundidade.

A **roupa de mergulho** (*diving suit*) é a vestimenta que permite ao mergulhador proteger-se no ambiente subaquático, de lesões das baixas temperaturas, que ocasionam hipotermia. Originalmente em borracha, as atuais em geral são de neoprene ou lycra.

O **cilindro de mergulho** ou **scuba tank** fornece ar ou misturas gasosas ao mergulhador por meio do regulador, preenchidos a pressão variando de 2700 a 4300 psi, em volumes entre 1,5 litros a 18 litros.

O **regulador**, desenvolvido por Jacques Cousteau e Emile Gagnan, é o equipamento que permite ao mergulhador respirar à pressão ambiente a mistura gasosa armazenada em alta pressão no cilindro.

Muitos gases, inclusive o oxigênio, se tornam tóxicos quando respirados sob pressão. As misturas gasosas permitem mergulhos a maiores profundidades e combinam oxigênio e gases inertes.



3. Habilitação

No Mergulho Livre não é necessário ter habilitação ou certificado, apesar de que algumas técnicas e precauções permitem um lazer mais prazeroso e seguro.

No Mergulho Autônomo é necessário ser certificado. Fazendo um curso básico de mergulho você consegue a credencial que permite-se mergulhar no Brasil e outras locais de mergulho internacionais.

Embora no Brasil ainda não existam leis que regulamentem o mergulho recreacional, para se alugar equipamentos ou fazer mergulho embarcado, onde a fiscalização é mais rigorosa, o certificado é exigido. Há um acordo entre operadoras e centros de mergulho o controle e organização quanto para segurança do próprio praticante.

Existem diversas organizações internacionais que certificam mergulhadores e instrutores.

Organizações	websites
ACUC American and Canadian Underwater Certifications	www.acuc.ca
BSAC British Sub Aqua Club	www.bsac.com
CMAS Confédération Mondiale des Activités Subaquatiques	www.cmas2000.org
GUE Global Underwater Explorers	www.gue.com
IANTD International Association of Nitrox and Technical Divers	www.iantd.com
IDEA International Diving Educators Association	não disponível
NACD National Association for Cave Diving	www.safecavediving.com
NAUI National Association of Underwater Instructors	www.naui.org
PADI Professional Association of Diving Instructors	www.padi.com
PDCI Professional Diving Instructors Corporation	www.pdic.com.br
SSI Scuba Schools International	www.ssiusa.com
YMCA YMCA Scuba	www.ymcascuba.org

No Brasil temos representantes de 2 das principais e mais conceituadas organizações:

PADI Professional Association of Diving Instructors
Responsável pela certificação de mais da metade dos mergulhadores de todo o mundo e 70% nos EUA.

PDCI Professional Diving Instructors Corporation
Criada em 1950, é uma das primeiras entidades certificadoras de mergulho autônomo do mundo.



4. Cursos Básico e Avançado

Curso Básico

O curso básico é o seu primeiro passo para o contato com a atividade.

No Curso Básico aprende-se sobre o mundo subaquático, sobre fisiologia do mergulho e sobre os equipamentos e como manipulá-los em baixo d'água. Assim como possibilita aos praticantes a desenvolver as habilidades para poder praticar o mergulho com segurança.

O curso constitui-se de aulas teóricas e práticas, em piscina ou locais abrigados e no mar - também chamado de batismo ou check-out, que possibilitam os instrutores avaliarem alunos e para treinamento e aperfeiçoamento das habilidades.

As premissas do curso básico são:

- a. mergulho não descompressivo,
- b. no mínimo em dupla de mergulhadores
- c. limitado a 18 metros de profundidade.

Conteúdo Curso Básico (mínimo):

o mundo subaquático
adaptações ao mundo subaquático
equipamentos de mergulho
sistema de duplas
técnicas de respiração em baixo d'água
técnicas de comunicação no mergulho
o meio ambiente do mergulho
planejamento do mergulho
tabelas de mergulho
procedimentos para mergulho embarcado
manejo de problemas / procedimentos de emergência
saúde do mergulhador
respirando ar à profundidade
mergulho não descompressivo
paradas de segurança / descompressão de emergência



Curso Avançado

Para se fazer o Curso Avançado, o mergulhador tem de ter o certificado do curso básico e experiência de mergulho, que é registrada no **logbook**, assim como eventuais especializações em cursos ministrados por certificadoras e centros de mergulho.

No Curso Avançado, o mergulhador poderá descer até 30 metros de profundidade e vai desenvolver habilidades que permitirão:

- mergulho noturno
- mergulho em correnteza
- mergulho em naufrágio
- mergulho com orientação subaquática
- planejar e realizar mergulho profundo (não descompressivo até 30 metros)
- planejar e realizar, com precisão, mergulho multi-nível

Cursos Especialização / Aprimoramento

- Nitrox (*enriched air diver*): para mergulhar com misturas de até 40% de oxigênio
- Resgate (*rescue diver*) e Primeiros Socorros (*medic first aid*) - qualificação em agir em situações de emergências

Cursos Técnicos ou de Instrução

- fotografia e vídeo subaquática
- identificação de espécies e seres marinhos
- mergulho em águas geladas
- mergulho em altitude
- mergulho em caverna
- mergulho multi-nível
- mergulho noturno
- mergulho profundo
- navegação subaquática

logbook: tipo de agenda ou diário onde se anotam os mergulhos realizados e suas características: data, local, tipo, profundidade, tempo de fundo, etc.



PESCA AMADORA OU ESPORTIVA

1. Introdução, a pesca como alternativa econômica e de lazer

Desde o início da humanidade, a pesca vem sendo praticada como uma atividade de subsistência do homem. O instinto de sobrevivência fez com que o ser humano buscasse na natureza alimentos saudáveis e fartos, e por meio da pesca também encontrou o que necessitava.

Métodos e técnicas foram desenvolvidos com o intuito de entender cada vez mais o comportamento dos peixes e facilitar sua captura. Com o passar dos anos, o ser humano foi modificando o seu modo de vida e a sua relação com o meio ambiente. Com essas mudanças, a pesca assumiu valores diferentes e passou a representar, além de um meio de subsistência, uma importante alternativa de lazer. Daí a ser considerada um esporte e um segmento econômico foi só uma questão de tempo.

A utilização sustentável de recursos naturais, particularmente no caso de recursos pesqueiros é um desafio que necessita ser encarado do ponto de vista, técnico, político, econômico e social. Os recursos pesqueiros podem ser utilizados economicamente pela pesca profissional e amadora ou esportiva.

Do ponto de vista político, como conciliar os diferentes usos com a manutenção e integridade do ambiente. Como conciliar a pesca profissional e amadora ou esportiva coexistindo no mesmo sistema, de vez que a esportiva traz muito mais retorno econômico que a profissional, em termos de geração de emprego e de valor agregado ao peixe. Do ponto de vista social, a situação da pesca profissional é bastante crítica, visto que os pescadores são pouco escolarizados e possuem baixa capacidade de associação, passíveis de serem manobrados por aqueles que deveriam estar defendendo os seus interesses. Por necessidade de sobrevivência, qualquer morador de cidade ribeirinha, ao perder o emprego, torna-se um pescador em potencial e o controle do número de pescadores, para assegurar uma pesca sustentável, passa a ser impraticável.

Como a pesca em ambientes naturais, seja profissional ou esportiva, é essencialmente extrativista, na medida em que outros usos da terra se intensificam (agricultura, pecuária, mineração, etc.), há uma gradativa perda de qualidade ambiental, ao menos no Brasil, o que afeta tremendamente o potencial de reposição ou capacidade de suporte do sistema, chegando em muitos casos, a ser responsabilidade exclusiva dos pescadores, a redução dos estoques pesqueiros de um dado ambiente.

A atividade de pesca amadora no Brasil tem apresentado um crescimento vertiginoso nos últimos anos. O que era uma atividade de lazer transformou-se em uma indústria cada vez mais forte, que movimentava anualmente milhões de dólares em segmentos tão diversos como a importação e a exportação, a aqüicultura, o turismo e a mídia especializada.



2. Pesca / Pescaria Amadora

Pesca ou Pescaria pode ser entendida como uma atividade recreativa ou esportiva, para fins de alimentação ou troféu, assim como alternativa comercial, que inclui não só peixes, como outras formas de vida aquática. A pesca pode ser realizada em rios, canais, lagos, mares e oceanos, a partir de praias, costões ou de embarcações.

A pesca comercial não é um tema a ser desenvolvida neste documento mas deve-se mencionar a fronteira entre a piscicultura e o crescente segmento “pesque e pague”.

No Brasil, os termos pesca amadora ou esportiva se confundem e são utilizados com o mesmo fim, porém oficialmente o termo a se utilizar é pesca amadora, conforme definido pelo Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA.

A pesca amadora em geral é praticada com uma vara de bambu (caniço), fibra ou outros material de alta tecnologia, munidas de carretilhas.

3. Modalidades Amadoras ou Esportivas / Espécies

Nesta documento só analisamos as modalidades que se destacam como recreação e turismo, não se considerando pesca em praias, rochas ou piers, a saber:

Pesca Oceânica (*big-game fishing*, também chamada de offshore)

É a forma recreacional que visa a caça aos peixes de alto mar, ou do mar azul.. É praticada em mar aberto, a uma distância que geral varia de 5 a 50 milhas da costa, dependendo da latitude do local, a bordo de embarcações especialmente equipadas. É uma modalidade de alto custo, que mobiliza pescadores em torneios no mundo inteiro.

A melhor época do ano para pesca oceânica vai de setembro até o final do ano, quando a corrente do mar azul, de águas bem mais quentes, chega mais perto da costa brasileira. As principais espécies encontradas são os marlins azul e banco, agulhão bandeira, espadarte, atum, dourado, barracuda e cavala. Nas praias são pescados betara, bagre, baiacu, cação, corvina, enchova, pampos, parati e xaréu, entre outras.

Pesca do Tucunaré (*Cichla temensis*) / Bass Fishing - técnica *Fly Fishing*

Conhecido como "embaixador da pesca" no Brasil, sua pesca deve ser destacada por ser uma das modalidades que mais movimenta o pescador de origem internacional, notadamente o norte-americano, acostumado à pesca do “black bass” (*Micropterus salmoides*), espécie exótica introduzida no país. O tucunaré é um dos mais nobres peixes de água doce, em seu estilo de “pegada”, comparativamente é 100 vezes mais desportivo e lutador que o alienígena Black Bass.



O tucunaré está dividido entre sub-espécies: o borboleta, o amarelo, o azul, o paca, o vermelho e o grande açú. Todas tem em comum a voracidade e esportividade impares, características da espécie, diferenciando apenas no tamanho e nas diversas colorações. São extremamente combativos, atacando ferozmente iscas artificiais de superfície, meia-água e fundo. É encontrado nas lagoas marginais dos grandes rios amazônicos, em estruturas como galhadas, pequenas ilhas e pedras. Atinge 12 kg de peso, porém são mais comuns exemplares em torno de 8 kg. As melhores épocas são aquelas onde o nível dos rios permite a entrada e saída das lagoas com alguma facilidade. No sudeste a variação azul, atinge até 6 kg e ataca toda variedade de iscas artificiais. No fly entra bem em streamers e poppers lançados por tralha 8 à 10m.

Pesca de Fly / Fly Fishing

A Pesca de Fly é aquela que se utiliza de iscas de fly, ou moscas, que afundam - os chamados streamers e bucktails, por meio de arremessos. Compridas, são compostas de plumas ou de várias classes de pelos de pele, imitando peixinhos. Os streamers não são radicalmente diferentes dos bucktails, a diferença principal entre eles é o material usado que se estende além do anzol - nos streamers consiste em plumas diversas, enquanto que nos bucktails é geralmente pêlo de cervo ou de outros animais.

O segredo da Pesca de Fly está no correto arremesso, cujo segredo é um correto “loop”. O campo de treinos é o lugar onde devemos aprender a observar os loops, tanto traseiros como dianteiros.

A técnica de pesca de fly é bastante utilizada na pescaria do “black bass” ou tucunaré. Para designar as varas de fly para a pesca de tucunarés, costuma-se dividi-las em duas categorias: as varas pesadas e indicadas para a pesca em águas amazônicas e as leves para a pesca do tucunaré nas demais regiões brasileiras.

As condições de pesca das águas amazônicas sempre exigem varas com reforço interno, devido à violência dos açus e ao emprego de moscas de tamanho e volume maiores. Por outro lado, quando as pescarias forem nas represas ou rios onde os tucunarés não costumam ultrapassar os 3 ou 4 quilos, varas mais leves são uma melhor escolha. Na amazônia, as moscas que mais sucesso fazem com as matrinxãs são os poppers, hair bugs (isca de fly confeccionada em pêlo de cervo) e streamers. Os streamers são imbatíveis quando a pesca da matrinxã é efetuada em meio às corredeiras de águas rápidas e muitas pedras.

Pesque & Solte / Catch & Release

O “Pesque & Solte” (Catch & Release), é a prática de se pescar e soltar o peixe, observando procedimentos que lhes dêem condições mínimas de sobrevivência e ou que permitam que sejam pescados novamente.

Para que se solte um peixe com reais condições de sobrevivência o grande e principal segredo é que ele tenha sido pescado com material compatível com as suas características, isto é, nem tão pesado que o reboque de boca aberta forçando água para o interior de sua cavidade abdominal, nem tão leve que dificulte a luta forçando demais o peixe, levando-o à exaustão ou estresse se preferirem.



O uso de anzóis ou garatéias sem farpa vai facilitar a captura e a posterior soltura do peixe. Depois é importante se tomar o maior cuidado possível com a camada de muco que protege o peixe, seja não utilizando rede de monofilamento de náilon para retirá-lo da água da água, seja manuseando-o o menor tempo possível e evitando ao máximo a introdução da mão ou dedos nas suas guelras. O ideal é a utilização de um aparelho de contenção tipo "boga" e um pequeno alicate para a retirada do anzol ou garatéia. Desta maneira não haverá contato das mãos com o peixe e se por algum motivo for necessário segurá-lo, faça-o com as mãos molhadas e nunca use um pano para isso. A camada de muco é a proteção do peixe contra doenças e dizem até que sua identidade junto ao cardume.

Observadas estas condições as chances de sobrevivência do peixe serão muito maiores e alguém pode ter a satisfação de pescá-lo novamente. No entanto se mesmo observadas estas condições e se por algum outro motivo o peixe sofreu algum ferimento ou um desgaste maior durante a captura e já não tenha condições de recuperação, não hesite em sacrificá-lo, aproveitando-o e dando sentido à sua morte.

O **loop** é a denominação do arco em forma de "U" na horizontal, que a linha forma no ar à medida que ela se estica e desenrola a partir da ponta da vara de pesca.

Fonte: EcoPesca.

Não confundir com o termo "cota zero", que é um sistema, legal ou informal, que regula e controla a cota de peixes permitida por pescador e período da prática.

4. O PNDPA Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora

Dado ao grande potencial da pesca amadora no Brasil, foi criado em 1997, pelo Ministério do Esporte e do Turismo, por meio da /Embratur e pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Ibama, o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA, que tem o objetivo de transformar a atividade de pesca amadora em instrumento de desenvolvimento econômico, social e de conservação ambiental.

Atualmente, o PNDPA está sob a responsabilidade do Ibama, na Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, Coordenação Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros, Gerência de Projetos Especiais.

O PNDPA tem atuado no sentido de fortalecer a pesca amadora como atividade importante para o turismo, o comércio e a indústria, e também para a conservação do meio ambiente e da cultura e tradição das populações locais, a partir das seguintes ações:

- Proposição/adequação de instrumentos legais para a pesca amadora
- Capacitação das populações ribeirinhas/costeiras como guias de pesca
- Prospecção de novas áreas para a pesca amadora
- Busca de investimentos para o desenvolvimento do setor
- Divulgação do Brasil no exterior, visando aumentar o número de turistas estrangeiros que pescam no Brasil



- Fomento à realização de feiras e torneios de pesca amadora
- Divulgação da importância da Licença para Pesca Amadora, visando o aumento de pescadores licenciados
- Educação ambiental, alertando sobre a necessidade de conservar o meio ambiente e como cada pescador pode ser parceiro dos órgãos ambientais nesse trabalho
- Melhoria da fiscalização, por meio da transmissão de conhecimentos sobre pesca aos fiscais ambientais
- Promoção de pesquisas para conhecer melhor a ecologia dos peixes esportivos

Nessas ações, o PNDPA conta, também, com a colaboração dos pescadores amadores, das populações ribeirinhas e costeiras, de empresas privadas, universidades e institutos de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais, entre outros parceiros.

5. Capacitação e Treinamento, Prospecção

Devemos salientar ações que destacadamente visam contribuir para a melhoria da pesca amadora e mitigação de eventuais impactos negativos da atividade.

Oficinas de Treinamento de Guias de Pesca

O guia de pesca ou pilotoiro, que exerce sua função com profissionalismo é um atrativo a mais para novos e antigos pescadores esportivos.

Objetivos

- envolver a população local na atividade;
- apresentar uma alternativa de emprego e renda para as comunidades locais;
- melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos guias/piloteiros;
- incentivá-los a conservar os recursos ambientais;
- divulgar o uso de anzol sem farpa, iscas artificiais e a prática do pesque e solte;
- incentivar órgãos públicos e empresários a trabalharem em prol do turismo de pesca.

Público-alvo

- Piloteiros, guias de pesca;
- pescadores que já trabalham ou que queiram trabalhar como guias de pesca.

Temas abordados

- ecologia e meio ambiente
- Marinharia
- Geografia
- Biologia
- pesque e solte
- iscas artificiais
- manutenção e preparação de equipamentos
- inglês (instrumental)
- relacionamento com turista
- primeiros socorros
- Mecânica
- Legislação



As aulas são ministradas por um biólogo e um pescador esportivo. Cada oficina tem dois dias de duração (16h). É possível atender 30 participantes por oficina. Cada participante recebe um kit composto por uma bolsa, apostila, boné, caneta, camiseta e certificado. Informações: (61) 316-1724 ou 316-1234.

Oficina de Sensibilização da Comunidade

As oficinas são realizadas prioritariamente em regiões com potencial inexplorado.

Objetivos

- apontar uma nova alternativa de emprego e renda;
- despertar o interesse da comunidade para o envolvimento com a atividade de pesca amadora;
- incentivar órgãos públicos e empresários locais a trabalharem em prol da atividade de pesca amadora.

Público-alvo

Representantes de órgãos públicos, gestores, empresários, líderes comunitários e demais interessados no desenvolvimento da pesca amadora.

Temas abordados

- o que é a pesca amadora;
- potencial brasileiro;
- oportunidades regionais;
- a importância da pesca amadora;
- dados e informações relevantes fluxo turístico e receita gerada pela atividade dicas para o desenvolvimento da atividade para o desenvolvimento sustentável da atividade.

Cada oficina tem duração de quatro a oito horas, dependendo do interesse e nível de envolvimento da comunidade. No máximo 50 participantes. Informações: (61) 316-1724 ou 316-1234.

Curso de Criação de Iscas Vivas

A produção e comercialização de iscas naturais é uma alternativa de melhoria de renda para os vendedores de iscas, pois agrega valor e garante melhor qualidade e quantidade no fornecimento das iscas usadas na pesca amadora, diminuindo a pressão sobre os estoques naturais e o impacto causado pela sua coleta.

Objetivos

- Apresentar uma alternativa de negócio para as comunidades ribeirinhas tradicionais;
- incentivar o desenvolvimento de técnicas e processos para agregar valor aos produtos comercializados para a pesca amadora;
- conscientizar as comunidades sobre a viabilidade de explorar sem destruir os recursos naturais;
- transferir conhecimentos básicos sobre biologia, ecologia e conservação dos peixes;
- melhorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos pescadores amadores nas regiões de pesca.

**Público-alvo**

pescadores de iscas naturais (isqueiros);
comerciantes de iscas naturais;
empresários, armadores e operadores de turismo de pesca amadora;
pescadores profissionais e artesanais;
piscicultores.

Temas abordados

biologia das espécies utilizadas como iscas naturais nas pescarias;
importância do desenvolvimento de alternativas econômicas para as comunidades que utilizam esses recursos;
tecnologias para captura, reprodução, criação e comercialização das iscas naturais;
verticalização dos benefícios gerados pela exploração e utilização dos recursos naturais representados pelos peixes esportivos e suas iscas naturais;
organização social e planejamento estratégico de negócios sustentáveis para a pesca amadora.

Cada curso tem duração de cinco dias. No máximo 30 participantes. Cada participante recebe camiseta, boné, caneta e apostila. Informações: (61) 316-1724 ou 316-1234.

Oficinas de Pesca Infantil

Despertar o interesse das crianças para pesca amadora. As oficinas de pesca infantil, são realizadas principalmente em eventos com temática voltada à pesca e/ou meio ambiente.

Objetivo

despertar o interesse de crianças para a pesca esportiva e para a proteção do meio ambiente;
transmitir noções de conservação ambiental;
transmitir conceitos e técnicas modernas de pesca (pesque-e-solte, uso de iscas artificiais, uso de anzóis sem farpa);
transmitir noções de segurança a bordo;
apresentar diferentes ambientes de pesca.

Público-alvo

A oficina é direcionada para crianças de 7 a 12 anos de escolas públicas e privadas.

Temas abordados

Biologia de Peixes e Meio Ambiente;
Materiais de Pesca;
Isclas Artificiais e Naturais
Pesque-e-Solte

Cada oficina tem duração aproximada de 1:30h. É possível atender 150 alunos por oficina. Cada participante recebe um kit composto por uma bolsa, apostila, boné, caneta, camiseta e certificado. Informações: (61) 316 1724 ou 316 1234.

Prospecção Pesqueira

O PNPDA tem identificado novas áreas com potencial para o desenvolvimento da pesca esportiva, por meio da realização de prospecções pesqueiras. O objetivo é fazer um diagnóstico da localidade para verificar as condições de pesca e as condições turísticas locais. Nesse trabalho são observados aspectos como localização, acesso, situação social e econômica, características dos locais de pesca, espécies de interesse da pesca esportiva e sazonalidade. Todos os aspectos são avaliados com o objetivo de verificar a possibilidade de desenvolver o turismo de pesca.

Prospecções / Anos	Municípios / Estados
1999	1. Vale do Guaporé
	2. Rio Trombetas / PA - Lago Abui
	3. Rio Trombetas / PA - Cachoeira Porteira
	4. Lago Abui – época de estiagem
	5. Salinópolis
	6. Acapu Rebio e Pós Rebio
	7. Oriximiná - Lago Caipurú
2000	8. Oriximiná - Lago Sapucua
2001	9. Iranduba / AM
	10. Novo Airão / AM
	11. Coari / AM
	12. Autazes / AM
2002	13. Novo Aripuanã / AM
	14. Maués / AM
	15. Parintins / AM
2003	16. Barreirinha / AM
	17. Codajás / AM
	18. Oriximiná / PA
	19. Jaguaripe / BA
	20. Oriximiná / PA
	21. Mucuge / BA
	22. Lidianópolis / PR
	23. Jaguaripe
	24. Caracaraí / RR



6. Licença para Pesca Amadora

Para obter **Licença para a Pesca Amadora** do Ibama, é preciso que se forneça alguns dados para o cadastro no Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA. O documento da Licença para Pesca Amadora deve estar acompanhado do comprovante de pagamento e do documento de identidade do pescador. Este documento tem a validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de pagamento.

A Licença para Pesca Amadora do Ibama é válida em todo território nacional e, uma vez licenciado, o pescador pode pescar em qualquer região do país, não havendo necessidade de pagamento da licença estadual.

No entanto, as normas estaduais devem ser respeitadas quando forem mais restritivas do que a norma federal.

O limite de cota de captura e transporte federal de pescado por pescador é de 10 kg mais um exemplar para águas continentais e 15 kg mais um exemplar para águas marinhas e estuarinas.

É dispensado da licença para pesca amadora do Ibama e não precisa fazer o cadastro:

- O pescador amador desembarcado que utiliza somente linha de mão ou vara, linha e anzol

- O menor de 18 anos, não tendo direito à quantidade de pescado prevista em norma;

- O homem aposentado ou maior de 65 anos e a mulher de 60 anos, desde que não seja filiado (a) a clubes ou associações de pescadores amadores.

O Ibama criou a Carteira de Identificação para Pescador Amador - optativa - para os aposentados ou maiores de 65 anos (60 anos no caso da mulher) e menores de 18 anos, podendo ser encontrada nas Gerências Executivas do IBAMA em todos os Estados do Brasil.



7. Legislação Federal

Leis / Decretos / Portarias / Instruções	Comentários
Lei Nº 9.605, 12 fevereiro 1998 Lei de Crimes Ambientais	Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Lei Nº 9.059, 13 junho 1995	Introduz alterações no Decreto-lei nº 221
Lei Nº 7.679, 23 novembro 1988	Trata da proibição da pesca em períodos de reprodução
Decreto Nº 3.179, 21 setembro 1999	Sanções penais e administrativas das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Decreto-Lei Nº 221, 28 fevereiro 1967 Lei de Pesca	Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca amadora no território nacional
Portaria Nº 30, 23 maio 2003	Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora no território nacional
Portaria Nº 039/03 - N, 12 agosto 2003	Trata da Licença de Pesca Amadora e Carteira de Identificação - Pescador Amador Classes Permanente e Especial
Portaria Nº 51/03, 30 setembro 2003	Alteração da Portaria Nº 30
Portaria Nº 73/03-N, 24 novembro 2003	Portaria de cota de captura de peixes marinhos
Portaria nº 12/03, 20 março 2003	Dispõe sobre a pesca no Estado do Paraná
Portaria Nº 129, 03 outubro 2002	Estabelece tamanho mínimo de captura de Dourado e Curimatã no rio Mogi Guaçu, SP
Portaria Nº 72-N, 06 maio 2002	Estabelecer normas para a pesca do tambaqui em RO
Portaria Nº 6, 23 janeiro 2002	Limitar a cota de captura de pescado à 5 kg nos rios Guaporé-Mamoré, RO
Portaria Nº 12, 23 janeiro 2002	Proíbe captura de peixes nos rios Madeira e Guaporé, RO
Portaria Nº 121 /02-N, 20 setembro 2002	Dispõe sobre a proibição da pesca do Mero por 5 anos
Portaria Nº 01/2001, 13 março 2001	Portaria Nº 01/2001 Representação / Ibama / AM
Portaria Nº 106, 27 julho 1998	Estabelece tamanho mínimo de 15 peixes no rio Araguaia
Portaria Nº 107, 27 julho 1998	Estabelece tamanho mínimo de 6 peixes na bacia Araguaia-Tocantins
Portaria Nº 08, 02 fevereiro 1996	Estabelece normas para a pesca no rio Amazonas
Portaria Nº 92, 6 novembro 1995	Estabelece normas para a pesca no rio São Francisco
Portaria nº 143, 22 dezembro 1994	Estabelece normas para a pesca subaquática em SC
Portaria Nº 22-N, 09 março 1993	Estabelece normas para a pesca em MT e MS
Portaria Nº 25, 09 março 1993	Estabelece o tamanho mínimo de 14 peixes no RS, SC, PR, SP, RJ e ES
Instrução Normativa nº 5, 28 maio 2004	Lista espécies de fauna aquática ameaçados de extinção no Brasil
Instrução Normativa nº 36, 29 junho 2004	Estabelece as regras para a pesca na Bacia do rio Paraná
Instrução Normativa Conjunta nº 1, 19 julho 2004	Proíbe no período de 03 novembro 2004 a 28 fevereiro 2005, a pesca na bacia hidrográfica do Rio Paraguai, em MT e MS, a fim de permitir a reprodução natural
Instrução Normativa nº 43, 23 julho 2004	Proíbe, no exercício da pesca em águas continentais, o uso de alguns aparelhos e métodos de pesca.



8. Dúvidas Frequentes

O porte da licença de pesca amadora é obrigatório?

A licença de pesca amadora é obrigatória para todos os pescadores, inclusive os praticantes da pesca subaquática.

Quem não precisa apresentar a Licença?

Estão dispensados do porte da Licença para Pesca Amadora do Ibama os aposentados, os maiores de 65 anos (homem) ou 60 anos (mulher), os menores de 18 anos e aqueles que pescam desembarcado com linha de mão ou caniço, sem carretilha/molinete. Os menores de 18 anos se não tiverem a licença de pesca amadora não têm direito à cota de captura. Os estados que possuem licença de pesca podem ter regras diferentes.

A licença embarcada é válida para a pesca desembarcada?

A licença para a pesca embarcada é válida para a pesca desembarcada e a licença para a pesca subaquática é válida para a pesca embarcada e desembarcada.

Qual a diferença entre pesca embarcada e desembarcada?

A pesca embarcada é aquela em que o pescador usa uma embarcação para pescar ou para atingir um ponto de pesca.

Para ter a licença de pesca é preciso apresentar a licença da embarcação?

Não. Para tirar a licença de pesca amadora é necessário apenas o número do CPF.

Onde retirar a Licença para Pesca Amadora do Ibama?

O formulário impresso pode ser encontrado no Ibama (Sede e Gerências Executivas dos Estados) e nas casas lotéricas. Também pode ser preenchido pela Internet, no site www.ibama.gov.br. O pagamento pode ser feito em qualquer casa lotérica ou agência bancária.

Existe licença para pescador estrangeiro?

Não. A licença é a mesma. Mas o pescador estrangeiro somente pode utilizar o formulário impresso, pois o formulário digital ainda não aceita o número do passaporte.

É preciso apresentar algum documento junto com a Licença?

Sim. A licença só é válida junto com um documento de identificação.

É preciso apresentar o comprovante de pagamento junto com a Licença?

Sim. Como os bancos não fazem mais autenticação mecânica, é obrigatório ter o comprovante de pagamento junto com a licença.

É preciso fazer o Cadastro Técnico Federal - CTF antes de preencher o formulário da Licença de Pesca?

Ao preencher as informações pessoais no formulário via Internet, o pescador amador está automaticamente se inscrevendo no Cadastro Técnico Federal que é obrigatório para qualquer atividade que utiliza os recursos naturais.

Qual a diferença entre pesca amadora e pesca comercial (profissional)?

A pesca amadora (esportiva, desportiva ou recreativa) é aquela praticada por lazer, esporte ou turismo e o peixe capturado não pode ser vendido. A pesca comercial é aquela realizada por pescadores profissionais, registrados, cuja renda é proveniente da venda do pescado. A diferença também está no tipo de petrecho utilizado na captura. O pescador amador não pode utilizar redes nem tarrafa.



Quem é responsável pelo registro de pescador profissional?

O registro de pescador profissional é feito pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D 70043-900 Brasília, DF. Tel.: (61) 225-5105. Website: www.planalto.gov.br/seap.

Quando existem diferenças entre as normas federais e as estaduais, qual devo respeitar?

Os órgãos federais, no caso o Ibama, estabelecem as normas gerais. Os estados estabelecem normas específicas. Se houver norma estadual que não contrarie a norma geral, ou que seja mais restritiva, vale a norma estadual, mesmo em águas da União.

Quais os petrechos permitidos para o pescador amador?

De acordo com portaria do Ibama, o pescador amador pode pescar com linha de mão, puçá, caniço, vara com molinete/carretilha, anzol simples com isca natural, anzol múltiplo com isca artificial nas modalidades de arremesso e corrico, espingarda de mergulho ou arbalète. No caso do pescador amador que pesca no mar, a tarrafa pode ser utilizada desde que com uma autorização especial do Ibama. Para tanto, é necessário solicitar a autorização junto a Gerência Executiva do Ibama no Estado.

Onde reclamar ou fazer denúncias?

Denúncias sobre agressões ao meio ambiente podem ser feitas pela Linha Verde, um serviço da Ouvidoria do Ibama. A ligação é gratuita, de qualquer ponto do país, para o número 0800-61-8080 ou pelo e-mail: linhaverde.sede@ibama.gov.br.

O Ibama dá prioridade ao atendimento das denúncias feitas através da Linha Verde, que é o principal canal de comunicação com a Instituição.

9. Pesca Esportiva e Peixes Exóticos: Fatos / Impactos

É crescente a introdução de espécies exóticas de peixes (fora de seu local origem natural) para criação e pesca com fins comerciais e esportivos, em geral ocasionando desequilíbrio e prejuízo ambientais.

Pode-se constatar e comentar sobre os impactos positivos e negativos:

a. A maioria dos locais onde o tucunaré vive fora de sua região de origem, são formados por represas, que modificaram o ambiente natural, mudando o regime dos rios por elas represados. Portanto, formando uma nova realidade com novo equilíbrio relacionado a seus habitantes.

b. Os peixes que necessitam da piracema para sua reprodução tiveram seu caminho bloqueado e mesmo quando da existência de escadas, a grande área alagada transformada em lago não é adequada à sua permanência. Peixes como corvinas e tilápias encontraram condições ideais de reprodução nestas áreas e, com poucos inimigos naturais, tendem à superpopulação.

c. A população de peixes nativos que se adaptam às condições de águas lânticas também sofrem um desequilíbrio tendendo à superpopulação, é o caso das piranhas.

d. Algumas represas, antes famosas pelos numerosos tucunarés existentes, hoje mostram um acentuado declínio na população deste peixe. Este fato mostra que ele não deve ser considerado como praga, já que a própria pesca sem critério (entre outros motivos) mostrou-se capaz de dizimá-lo.



e. Algumas regiões já reconhecem a importância que o tucunaré tem para alavancar o turismo e conseqüentemente a geração de divisas para seus municípios. Nos EUA, o tucunaré foi implantado para incentivar o turismo. Canais da Flórida e lagos do Havai são alguns dos locais turísticos onde já existem guias especializados na pesca do tucunaré.

f. Mesmo no Pantanal ainda não foram comprovados estudos onde o tucunaré tenha comprometido a população de outros peixes nativos. Note-se que o rio Pequiri (onde ele pode ser encontrado) ainda é considerado das melhores áreas de pesca, considerando peixes nobres como dourados, pintados e cachorras.

g. Represas geram impactos ambientais e formam uma nova realidade ambiental nas áreas que abrangem. Mas, considerando que a pesca esportiva é capaz de alavancar o turismo, gerar divisas e contribuir para minimizar problemas sociais, o tucunaré é uma possibilidade para auxiliar no desempenho destas funções.

h. As tilápias, corvinas, carpas, blackbasses, tambacus, peixes-rei e tucunarés já fazem parte de uma nova realidade de nosso (modificado) meio ambiente onde a solução poderia se chamar pesca esportiva.

10. Locais de Pesca

Bacia Amazônica

A bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, com uma drenagem de 5,8 milhões de km², sendo 3,9 milhões no Brasil. Suas nascentes estão localizadas na Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. No Brasil, abrange os Estados do Amazonas, Pará, Amapá, Acre, Roraima Rondônia e Mato Grosso. Como é atravessado pela linha do Equador, o Rio Amazonas apresenta afluentes nos dois hemisférios do Planeta. Entre os principais afluentes da margem esquerda encontram-se o Japurá, o Negro e o Trombetas; na margem direita, o Juruá, o Purus, o Madeira, o Xingu e o Tapajós.

A Bacia Amazônica é fortemente influenciada pela pronunciada sazonalidade das chuvas. As chuvas começam entre novembro-dezembro na região ao sul do Equador e uns meses mais tarde ao norte do Equador e se estendem por 4 a 5 meses.

Com 6.500km de extensão, o Rio Amazonas é responsável por 20% da água doce despejada anualmente nos oceanos. Embora seja de longe o maior rio do mundo em volume de água, geralmente não é considerado o mais longo. No entanto, considerando-se que, durante o período de cheia, ele se estende mar adentro, provavelmente é também o mais longo.

O Rio Amazonas é um rio de planície, possuindo baixa declividade. Sua largura média é de 4 a 5km, mas, em alguns trechos, alcança mais de 50km. Navios oceânicos de grande porte podem navegar até Manaus, capital do Estado do Amazonas, enquanto embarcações menores com até seis metros de calado, podem alcançar a cidade de Iquitos, no Peru, distante 3.700km do oceano Atlântico.

Entre os afluentes do Amazonas encontram-se rios de águas barrentas (ou brancas, como as populações locais se referem a eles), de águas claras e de águas pretas. Os rios de águas barrentas, como o Madeira e o próprio Amazonas, têm essa cor por causa dos sedimentos, ricos em nutrientes, carregados rio abaixo desde as montanhas andinas. Por esse motivo são os rios que apresentam maior produtividade.



Os rios de águas claras, como os rios Xingu, Tapajós e o Trombetas, têm as nascentes nos planaltos do Brasil e das Guianas. Os trechos médio e alto desses rios possuem muitas corredeiras e quedas d'água. Como drenam áreas enormes e muito erodidas, suas águas são relativamente transparentes e alcalinas. Nesses rios, as pescarias com iscas artificiais são bastante interessantes, porque é possível observar os peixes atacando as iscas.

A grande quantidade de areia depositada na planície amazônica deu origem aos rios de águas pretas, os rios mais característicos da Amazônia. Os solos arenosos da bacia são muito pobres em nutrientes, e os rios que nascem sobre eles estão entre os mais puros da Terra, quimicamente falando. Suas características químicas são muito semelhantes às da água destilada. O mais famoso deles é o principal tributário do Amazonas, o Rio Negro, que é também o segundo maior rio do mundo em volume d'água. Por causa da cor, a água do Rio Negro poderia passar por chá preto, mas é mais ácida que Coca Cola, sendo, porém, mais saudável. Uma das características dessa água é a ausência de mosquitos, o que é um alívio para os pescadores.

O Igapó, como a mata inundada sazonalmente é conhecida, é uma das características mais peculiares dos rios da Amazônia. Vastas extensões de florestas são invadidas anualmente pelas águas dos rios, ocupando uma área de pelo menos 100.000km², e talvez mais 50.000km², se sua extensão ao longo de milhares de pequenos igarapés for considerada. Embora as matas inundadas correspondam a apenas 2% do total da área de florestas da Amazônia, isso representa uma área maior que a da Inglaterra.

Apesar de ficar inundada até 10m de profundidade durante 5 a 7 meses por ano, a vegetação do igapó é sempre exuberante. Além das árvores, os animais, desde os diminutos invertebrados, até os peixes, anfíbios, répteis e mamíferos também desenvolveram incríveis adaptações para viverem nessas áreas inundadas. Como a maioria das árvores da várzea frutifica durante as inundações, para um grande número de espécies, principalmente os peixes, o igapó é um pomar natural. Diferente de qualquer outra parte do mundo, frutos e sementes são os principais alimentos de cerca de 200 espécies de peixes da Amazônia, que invadem os igapós todos os anos.

Os rios amazônicos, com suas praias, restingas, igarapés, matas inundadas, lagos de várzea e matupás (ilhas de vegetação aquática), assim como o estuário, são colonizados por uma enorme diversidade de plantas e animais. A bacia amazônica possui a maior diversidade de peixes do mundo, cerca de 2.500 a 3.000 espécies.

Entre as espécies de peixes esportivos da bacia amazônica encontram-se, apapás, aruanã, bicuda, cachorras, caparari e surubim, dourada, jaú, piraíba, jatuarana e matrinxã, jurupoca, piranhas, pirapitinga, pirarara, tambaqui, traíra e trairão, pescadas, tucunarés e muitos outros. A pesca amadora, famosa pela quantidade e variedade de peixes, geralmente é praticada nos rios, lagos, igarapés, furos e nos igapós. Os rios mais conhecidos e com infra-estrutura para a pesca amadora são os rios Negro, Madeira e Uatumã.

Bacia do Prata / Pantanal

A Bacia do Prata é a segunda maior bacia da América do Sul. É formada pelos Rios Paraguai, Paraná e Uruguai que juntos drenam uma área correspondente a 10,5% do território brasileiro, com 3,2 milhões de km². Das cabeceiras até a foz, atravessa quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. No Brasil, abrange os Estados Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



O Rio Paraguai é um dos mais importantes rios de planície do Brasil, superado apenas pelo Amazonas. De sua nascente, na chapada dos Parecis, nas proximidades da cidade de Diamantino-MT, até sua confluência com o Rio Paraná, na fronteira do Paraguai com a Argentina, ele percorre 2.621km, sendo 1.683km em território brasileiro. Os principais tributários do rio Paraguai são os rios Juru, Cuiabá, São Lourenço, Piquiri, Taquari, Negro, Miranda, Aquidauana, Sepotuba e Apa.

A Bacia do alto Paraguai possui uma área de 496.000km², sendo que 396.800km² pertencem ao Brasil e 99.000km² ao Paraguai e Bolívia. Da porção brasileira, 207.249km² pertencem ao Estado de Mato Grosso do Sul e 189.551km² a Mato Grosso. Desta área, 64% corresponde a planaltos e 36% ao Pantanal Mato-grossense, uma extensa planície sedimentar, levemente ondulada, situada na região Centro-Oeste do Brasil.

Com uma área de cerca de 17 milhões de Ha, o Pantanal abrange, além do Estado de Mato Grosso do Sul e parte do Mato Grosso, áreas menores na Bolívia e Paraguai. Ao norte, leste e sul, o Pantanal é limitado pelas terras altas dos planaltos Central e Meridional e a oeste pelo rio Paraguai, que, junto com 132 tributários principais, drena todo o sistema. Os períodos de seca (maio a setembro) e enchentes (outubro a março) podem ser algumas vezes muito severos. A superfície da área inundada pode variar de 10.000 a 70.000km². O clima é predominantemente tropical, com umidade relativa entre 60 a 80%, temperatura média anual de 25°C, podendo durante curtos períodos, apresentar temperaturas próximas a 0°C. Janeiro é o mês mais chuvoso.

As cheias do Pantanal ocorrem em consequência das chuvas locais e estão relacionadas a problemas de drenagem, que dificultam o escoamento das águas. Junto às margens do Rio Paraguai, as cheias formam um lençol contínuo que chega a atingir 4m de profundidade; mais para leste, para o interior do Pantanal, as inundações se limitam às áreas mais baixas do terreno chamadas baías, sendo que entre uma baía e outra há escoamento de água através de cursos denominados vazantes que podem ter muitos quilômetros de extensão. As vazantes de caráter permanente, que ligam baías contíguas, são conhecidas como corixos. Estas terras mais baixas estão separadas por elevações, denominadas cordilheiras que não ultrapassam 6m de altura.

Existem também as salinas, depressões sem ligação com os rios, que armazenam água de chuva, salobra, e não possuem peixes. A vegetação da região é conhecida como Complexo Pantanal por conter diversas formações vegetais: matas, cerrados, campos limpos e vegetação aquática. O Pantanal é famoso pela grande quantidade e diversidade de animais, principalmente animais aquáticos (aves pernaltas e mergulhadoras, jacarés e peixes). As espécies mais capturadas pelos pescadores amadores são: pacu, pintado, cachara, piranha, piavuçu, barbado, dourado, jaú, curimatá, piraputanga, jurupensém, jurupoca, e tucunaré (peixe da bacia amazônica introduzido em algumas áreas do Pantanal).

Em virtude da abundância e diversidade de peixes, a pesca sempre foi uma atividade econômica tradicional no Pantanal. A partir de meados da década de 80, o setor turístico se estruturou para oferecer transporte, hospedagem e serviços especializados para o pescador amador, que se tornou seu principal cliente. Cerca de 56.000 pescadores amadores, principalmente de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, visitaram o Mato Grosso do Sul em 1998. Dados do mesmo período indicam que a maior captura ocorreu nos meses de outubro a novembro (época de cheia), nos rios Paraguai, Miranda, Taquari e Aquidauana.

